BIA Nº AUTORIDADE PORTUARIA FIS.

ORDEM DE SERVIÇO DIRPRE Nº 50/2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias;

Considerando o disposto no Art. 621 e Parágrafos do Regulamento do Imposto de Renda, e

Considerando os termos da Carta CONFIS nº 8537/2001, de 21/06/01, na qual aquele Conselho, após ciência quanto às Decisões TCU 15/2000, 254/2000 e Acórdão 187/96, entendeu, em sua 328ª reunião ordinária, ser cabível a concessão do Empréstimo de Férias aos empregados da CDRJ;

RESOLVE:

- Art. 1° O Empréstimo de Férias será concedido aos Empregados, com exceção daqueles extra-quadro, ocupantes de empregos comissionados de livre provimento, por ocasião da fruição de suas férias regulamentares, e restituído em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira debitada no salário do mês imediatamente posterior ao da concessão.
- Art. 2° O Empréstimo de Férias somente será devido ao empregado:
- I admitido até 27/08/87, exclusive, nos termos do Dissídio Coletivo TRT DC 371/1995, ficando os demais empregados subordinados à limitação da Resolução nº 09, de 08/10/96, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais CCE;
- II que não tenha, em seu período aquisitivo de férias, faltas injustificadas e, tampouco, tenha sofrido penalidade disciplinar de suspensão nos dois últimos anos que antecederam a data da concessão das férias;
- III que tenha margem consignável disponível, nos ditames do Art. 2°, § 2°, da Lei n° 10.820, de 17/12/2003.



BIA Nº AUTORIDADE PORTUARIA FIS.

Cont. O.S. DIRPRE nº 50/2015

- Art. 3° Sobre o Empréstimo de Férias concedido será cobrada:
- I- a título de encargos financeiros, a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, descontada no mês de concessão do empréstimo; e
- II a título de atualização monetária, a variação da Taxa de Referência – TR, relativa ao dia 03 (três) de cada mês, a ser cobrada a partir do mês subsequente ao empréstimo.
- Art. 4° Os empregados interessados em obter o Empréstimo de Férias deverão declarar o pleno conhecimento das disposições que tratam do empréstimo de férias, bem como expressar sua aceitação às regras definidas no artigo anterior, através do formulário "Termo de Aceitação".

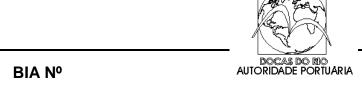
Parágrafo único – A manifestação pela opção do recebimento do Empréstimo de Férias, na forma disposta neste artigo, se dará, obrigatoriamente, pelo preenchimento do referido formulário, que acompanhará o Aviso de Férias, devendo ser devolvido à Divisão de Administração de Pessoal - DIAPES, até 15 (quinze) dias antes do mês programado para o gozo das férias regulamentares.

- Art. 5° Os empregados de carreira designados para empregos comissionados, poderão optar em receber o Empréstimo de Férias, calculado sobre a sua remuneração de carreira, composta pelo Salário, Adicional por Tempo de Serviço e VPNIs.
- Art. 6° Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data, revogando a O. S. DIRPRE nº 041/2008.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2015.

ALEXANDRE PORTO GADELHA
Diretor Presidente

^{*} Original arquivada na DIVDOC



Fls.

Cont. O.S. DIRPRE nº 50/2015

TERMO DE ACEITAÇÃO

Nome	Reg.
declara ter pleno conhecimento do teor da O.S. DIRPRE nº 50/2015, e concordância às cobranças definidas nos itens "I" e "II", do Art. 3° e	
instrumento administrativo, que virão a incidir sobre o valor do Empré	
Férias a ser concedido, relativo às férias do período aquisitivo de/	/a
/, programadas para serem gozadas de/a/a	•
Os empregados pertencentes ao Plano de Empregos Comissionados – PEC optar pela forma que segue abaixo:	, poderão
() Salário de carreira (Salário, ATS e VPNI's);	
() Remuneração do Emprego Comissionado (PEC)	
Em de de	
Assinatura	